



**LULA PRESIDENTE**

**BRASIL: CULTIVAR A MEMÓRIA,  
INVENTAR O FUTURO**

**Programa Setorial de Cultura  
2007 / 2010**





ORDEM E

**L U L A P R E S I D E N T E**

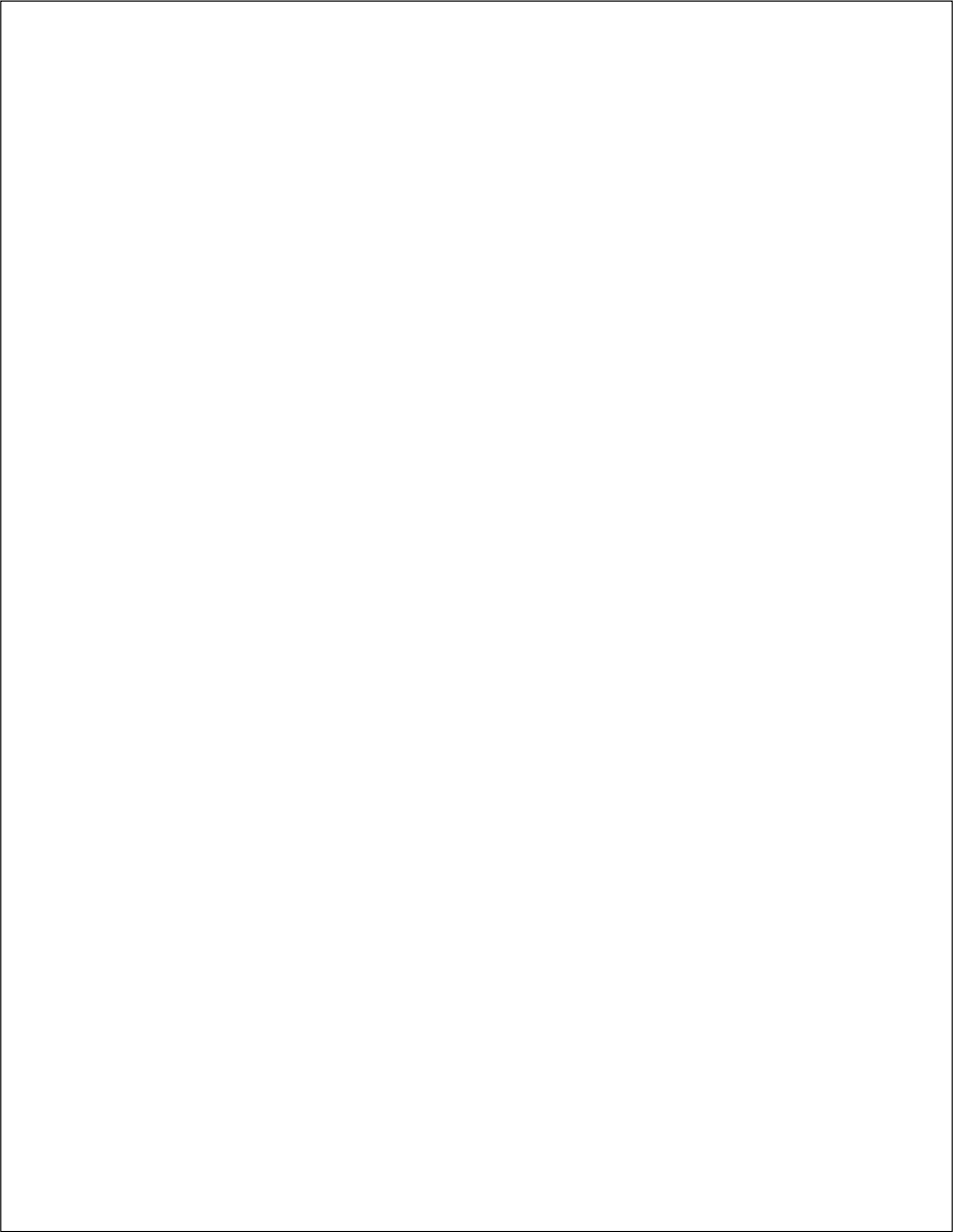
---

**BRASIL: CULTIVAR A MEMÓRIA,  
INVENTAR O FUTURO**

---

**Programa Setorial de Cultura  
2007 / 2010**





# Sumário

---

## INTRODUÇÃO

Cultura – Educação – Comunicação para o Brasil do Séc. XXI

Economia da Cultura

Financiamento: a transição para um modelo republicano

A construção pactuada do Sistema Nacional de Cultura

A participação popular organizada: as Conferências

Proteger, estimular e devolver as artes aos cidadãos

Identidade e Diversidade Cultural

Cultura afro-brasileira

Cultura Viva - “Pontos de Cultura”: a arte de cada dia

O direito à memória

Cultivar a língua

Audiovisual: nosso rosto no espelho do mundo

Diálogo com as outras culturas do mundo



## PROPOSTAS

Cultura – Educação – Comunicação

Financiamento: a transição para um modelo republicano

O Sistema Nacional de Cultura

O direito a memória

As políticas do livro e da leitura

Audiovisual: a cara do Brasil no espelho do mundo

# Introdução

A sociedade brasileira protagoniza, ao longo dos últimos meses, um ato decisivo da construção do seu destino democrático e da afirmação do projeto de país para o século XXI. As formações políticas que se constituíram ao longo dos últimos vinte e cinco anos, organizadas, de um lado, em torno do Programa Democrático e Popular defendido pelo Partido dos Trabalhadores e seus aliados e, de outro, em torno do Programa de Privatização do Estado, inspirado pela ideologia neoliberal prevalecte nas economias centrais do mundo capitalista durante as décadas de oitenta e noventa do século passado, representado pelo PSDB-PFL, voltam, quatro anos depois, ao confronto das urnas.

O governo do Presidente Lula será submetido ao julgamento decisivo no mais alto tribunal constituído pelas democracias: o julgamento dos cidadãos, por meio do exercício do voto. Passada a tormenta adjetiva dos últimos doze meses, o realizado e o não-realizado serão submetidos ao crivo da soberania popular. Os processos eleitorais, porém, não julgam apenas os objetivos – e os métodos – de quem se encontra à frente do governo, julga também os objetivos e métodos dos que a ele se opõem.

As idéias ordenadas nesse texto resultam

do esforço dos partidos que dão suporte à candidatura do Presidente Lula à reeleição. Buscam aprofundar a perspectiva de recuperação do papel da esfera pública nos processos culturais do país conduzida pelo Ministro Gilberto Gil e sepultar, em definitivo, a perspectiva Tucano-Pefelista representada pelas idéias organizadas na cartilha “Cultura é um bom negócio”, já derrotadas em 2002.

Defendemos, neste documento, as Políticas Públicas de Cultura como direito básico dos cidadãos e como políticas de Estado integradas às políticas de Educação e Comunicação Públicas, a partir do entendimento de que a educação é o braço organizador das culturas e a comunicação pública deve cumprir um papel fundamental na garantia do direito à informação dos cidadãos. Defendemos, por fim, que um país não deve entregar ao mercado a formação dos seus filhos, dos seus cidadãos. O mercado não sabe de valores, sabe de preços. Não se constrói uma nação sem uma sólida referência construída sobre valores históricos, ético-políticos e culturais. As políticas públicas de cultura – democráticas e republicanas –, são indispensáveis para a consolidação desse novo projeto de país.

**Cultura – Educação – Comunicação  
para o Brasil do século XXI**

Ao tomar posse, em janeiro de 2003, o governo Lula encontrou o Ministério da Cultura (MinC), num quadro de aguda fragilidade institucional e isolamento político. As políticas de caráter privatista conduzidas ao longo da década precedente produziram uma atrofia neste mecanismo de governo que ainda não se consolidara frente ao conjunto do Estado. Sua criação recente, durante a vigência da Nova República – além do trauma brutal do período Collor que quase o destruiu –, e a ausência de um projeto consistente que orientasse sua ação, terminou por rebaixá-lo a uma espécie de balcão onde os produtores culturais carimbavam autorizações para captar recursos, servindo-se das leis de incentivos fiscais. Seu aparato, em Brasília, não contava – e ainda não conta –, com a musculatura institucional compatível com suas atribuições republicanas. Tudo parecia confirmar a intuição de Aluísio Magalhães: “é melhor uma Secretaria de Cultura do MEC forte, do que um Ministério da Cultura fraco”.

**M**esmo para os mais críticos opositores do governo Lula, é inegável que o Ministério da Cultura, dirigido por Gilberto Gil ao longo dos quatro anos de mandato, ocupou um novo e relevante espaço político e simbólico na agenda do país. Iniciou-se com ele, um processo de recuperação do papel da esfera pública como indutora dos saberes e fazeres culturais. Até então essa perspectiva se en-

contrava ideologicamente interdita pela hegemonia neoliberal que definia, de antemão, qualquer ação do Estado, como ineficiente, de alto custo e fadada ao fracasso.

Hoje, o país acolhe a atuação do Ministério da Cultura como fator indispensável no estímulo às duas dimensões definidoras da cultura de um povo: preservar e inventar. Desse modo ela se converteu num fator relevante para sepultar a perspectiva neoliberal que transferia ao mercado suas responsabilidades, e assumiu corajosamente a tarefa de legitimar diante da sociedade os mecanismos públicos de gestão como condição para a vigência de processos democráticos, na criação, produção e difusão cultural.

**O**s quatro anos de Governo Lula reposicionaram, no sentido republicano, o papel do Estado na agenda do país. Esse processo ainda em curso, é decisivo para criar as condições necessárias à articulação das Políticas Públicas de Cultura e integrá-las como conteúdo inseparável da formulação das Políticas Públicas de Educação e da Comunicação Pública, com o objetivo de preparar novas gerações de brasileiros para um novo projeto de nação. A afirmação da diversidade das culturas brasileiras, com todo o seu inesgotável potencial criativo, passa de maneira incontornável pela formulação de um projeto capaz de articular institucionalmente, não apenas como políti-



ca de governo, mas como política de Estado, essas três dimensões de um mesmo processo gerador primário de direitos de cidadania: Educação – Cultura – Comunicação.

Num país que ainda exhibe vergonhosas cifras de analfabetismo, entendemos a educação como braço organizador das culturas e, portanto, a garantia à expressão cultural como um direito básico do cidadão, de acordo com as concepções vigentes nos documentos contemporâneos das Nações Unidas. Inocular o elemento estético na corrente sanguínea da produção do conhecimento significa vertebrar a invenção e a criação com os símbolos e valores que elaboramos no passado e que organizamos como memória. Já não é possível formular Políticas Públicas de Cultura sem articular econômica, política e simbolicamente os 55 milhões de brasileiros que estudam, trabalham e se organizam em torno do espaço escolar.

Nas sociedades contemporâneas a tarefa de educar as novas gerações não pode se limitar aos muros das escolas. Nem ser entregue ao apetite imediatista do mercado. Não podem, portanto, prescindir de meios democráticos de comunicação de massa, como garantia básica do direito à comunicação dos cidadãos e fatores de estímulo à criação e difusão das expressões culturais, étnicas e regionais. O Estado brasileiro reúne, hoje, condições para potencializar a rede pública de rádio e

TV já instalada, modernizar equipamentos e incorporar as novas tecnologias (TV e Rádio Digitais). É preciso utilizar esses novos meios como oportunidade concreta para democratizar o acesso à comunicação, reduzir a sobreposição de esforços por meio de experiências de gestão compartilhada e articular a missão da Radiobrás com a ampla difusão dos conteúdos criados e produzidos pelas culturas brasileiras. Para tanto, o diálogo institucional MEC, MinC, Radiobrás, já na fase da formulação das políticas públicas de cultura, deverá multiplicar o potencial de difusão da diversidade cultural brasileira.

### **Economia da Cultura**

A administração pública brasileira incorporou definitivamente em suas formulações a dimensão econômica das atividades culturais. A partir deste enfoque, caminhamos para consolidar o melhor ambiente para o desenvolvimento dessas atividades, que se organizam como cadeias produtivas, arranjos locais e sistemas articulados com outras economias, como a do entretenimento e a do lazer.

O vigor, a diversidade, a criatividade e a alta qualidade de nossa produção cultural confirmam a vocação do Brasil para tornar a Economia da Cultura um vetor relevante do nosso desenvolvimento. Atualmente, a cultura já responde por 5% dos empregos formais do



país (Ipea), e por 5% do PIB nacional (Mercosul Cultural/ 2004).

Novos instrumentos de fomento e estudos setoriais detalhados são essenciais para o fortalecimento da economia da cultura. Com esse objetivo, o MinC vem firmando parcerias com o BNDES, o Ipea, o BID e outras instituições. Os dados disponíveis hoje ainda são precários, mas já atestam que a cultura brasileira contribui decisivamente para o desenvolvimento do país — e permitem apostar no vasto potencial desse segmento econômico.

Em junho de 2006, o MinC aprovou o Programa de Desenvolvimento da Economia da Cultura (PRODEC), no Plano Plurianual do governo federal. As ações de diagnóstico, construção de indicadores e estatísticas, capacitação, promoção de negócios, divulgação de produtos e serviços culturais e fomento a empresas e empreendedores passam a ter orçamento próprio a partir de 2007.

As atividades de criação, produção, circulação, difusão e o consumo de bens e serviços culturais — envolvidos aí o financiamento, a comercialização e a regulação de mercados —, é hoje o setor mais dinâmico da economia mundial. Tem registrado crescimento médio de 6,3% ao ano, enquanto o conjunto da economia cresce menos. O setor já é responsável por 7% do PIB do planeta, segundo estimativa do Banco Mundial. Graças a esse desem-

penho, a Economia da Cultura já é entendida por diversos países como um vetor privilegiado de desenvolvimento sustentável.

A Economia da Cultura integra o que já se convencionou chamar de “Economia Nova”. Seu modo de produção e de circulação de bens e serviços é baseado na criação e na propriedade intelectual. É altamente impactado pelas novas tecnologias e não se amolda aos paradigmas da economia industrial clássica. O potencial de crescimento do setor é bastante elástico. Não depende de recursos esgotáveis e seu insumo básico é a criação e a inovação. Seus produtos têm alto valor agregado. É um setor limpo: suas atividades têm baixo impacto sobre o meio-ambiente. É também um setor altamente empregador, que gera ocupação em todos os níveis. Seu desenvolvimento econômico está fortemente vinculado ao desenvolvimento social, seja pelo seu potencial inclusivo, seja pelo desenvolvimento humano inerente à produção e à fruição de cultura.

Os produtos e serviços culturais são veículos de transmissão de universos simbólicos, modos de vida, informação, valores e identidades sociais. A exportação desses bens e serviços tem impacto na imagem do país e qualifica sua forma de inserção internacional.

Os produtos culturais são também dinamizadores de um vasto rol de atividades eco-

nômicas, como, por exemplo, a indústria de eletro-eletrônicos — a compra de aparelhos de som e de TVs é determinada pelo desejo e necessidade de acessar conteúdos culturais, como programas e filmes.

O Brasil tem profissionais e produtos de alto nível, facilidade para absorver novas tecnologias, criatividade e vocação para inovação. Nossos produtos culturais são bem aceitos pelos diversos mercados: o Brasil “está na moda” e precisa consolidar os espaços conquistados. Também temos um mercado interno forte. A produção cultural nacional ainda tem ampla primazia sobre a estrangeira.

Tais fatores tornam a Economia da Cultura um setor estratégico na pauta dos programas de modernização e desenvolvimento de muitos países. Nosso desafio é consolidar as condições para a realização do imenso potencial do país nesse campo.

### **Financiamento: a transição para um modelo republicano**

A redefinição das responsabilidades do setor público no desenvolvimento do país, durante o governo Lula, produz a necessidade de uma transição do paradigma de financiamento das Políticas Públicas de Cultura. O paradigma herdado veio sendo construído ao longo de duas décadas e repousa sobre dois pilares desiguais: as dotações orçamentárias, algo em torno de 0,6% do OGU e os recur-

sos captados por meio das Leis de Incentivo Fiscal (Lei Sarney, Lei Rounaet, Lei do Audiovisual). Ambas as fontes emanam de recursos públicos. Provêm diretamente do Orçamento ou da renúncia fiscal, mediada pelas assessorias de Marketing Cultural das empresas interessadas. Esse processo produziu um conjunto de distorções que resultaram na concentração de projetos aprovados no sudeste-sul do país – chegaram a somar, antes de 2003, mais de dois terços só em São Paulo e Rio – e no estímulo aos projetos que produzem a arte já consagrada pelo mercado.

Cria-se assim, uma barreira aos novos criadores e limita o acesso à diversidade cultural do país.

Um dos principais desafios colocados pelo governo Lula foi lançar as bases para um novo padrão de fomento, investimento e financiamento para a cultura e as artes no Brasil. Ancoramos esta política em critérios objetivos e coerentes com os paradigmas que norteiam a ação do MinC:

- Democratização do acesso e dos benefícios gerados pelos recursos públicos investidos em cultura.
- Ampliação do volume de recursos a serem investidos em cultura.
- Diversificação das fontes de financiamento e sua adequação ao perfil dos demandantes.
- Profissionalização das atividades culturais.
- Estabelecimento de processos seletivos

transparentes e descentralizados.

- Desconcentração espacial e dos perfis populacionais e de renda para os investimentos públicos em cultura.
- Estímulo à maestria, à inovação criativa e à valorização das tradições.
- Integração com os mecanismos estaduais e municipais de investimento em cultura.

Para começarmos a mudar, foi necessário aumentar significativamente o volume de recursos aplicados diretamente pelo MinC – aplicação sempre definida por meio dos mecanismos republicanos dos editais e concursos públicos -. Além da transparência, essa nova postura assegura a democratização e a nacionalização do acesso aos recursos do contribuinte. Esta prática é hoje uma diretriz consolidada para a atuação de todo o sistema MinC. Atingimos um patamar republicano que torna inaceitável o retorno às práticas não transparentes de alocação de recursos na área cultural.

A partir de consultas aos agentes culturais nos seminários Cultura Para Todos (mais de 30 mil pessoas foram ouvidas em todo o Brasil), o MinC implementou mudanças importantes no Decreto 5.761/2006 que regula o uso da Lei Rouanet (Lei 8.313/91). Entre elas, o uso do mecanismo de renúncia fiscal para viabilizar Editais e Programas, a ampliação das áreas e segmentos atendidos pelo PRONAC, a possibilidade de benefi-

ciar projetos que se destinem à circulação e à comercialização de produtos culturais, o estabelecimento da necessidade de planos de democratização do acesso aos resultados dos projetos financiados com recursos públicos, além do aperfeiçoamento dos mecanismos de avaliação e monitoramento dos projetos.

Os Editais dos Programas passarão a reduzir a concentração de recursos em regiões, segmentos e atividades culturais. Além disso, contribuirão para ampliar a democratização do acesso aos recursos e para investimentos em atividades consideradas relevantes. Também possibilitarão a integração com os mecanismos estaduais e municipais de fomento à cultura.

O novo decreto de regulamentação da Lei Rouanet está sintonizado com o conceito ampliado de cultura que caracteriza esta gestão do MinC. Esse decreto também incorpora novos segmentos e atividades, com destaque para os programas e projetos associados ao desenvolvimento das Economias da Cultura.

Com essa nova abrangência, todos os elos que compõem as diferentes economias da cultura podem agora ser beneficiados pela Lei Rouanet, e não apenas os projetos destinados à produção, à formação e ao intercâmbio, como estabelecia a regulamentação anterior. Na prática, isso significa que pro-



gramas e projetos que se destinem a facilitar e ampliar o consumo e a fruição de bens e serviços culturais também podem agora ser beneficiados.

Essas mudanças vão viabilizar o Programa de Cultura do Trabalhador Brasileiro, que irá beneficiar milhares de trabalhadores brasileiros com o Ticket Cultural, mecanismo que poderá ser convertido em ingressos de cinema, teatro, museus e espetáculos ou na aquisição de produtos culturais como livros, CDs e DVDs.

O novo Decreto também assegura que projetos integralmente financiados com recursos públicos sejam acessíveis à população brasileira. No mesmo sentido, o novo decreto aprimorou os mecanismos de seleção, monitoramento e avaliação de resultados, incorporando de vez os recursos alocados por meio de renúncia fiscal à lógica da responsabilização e necessária para tornar o mecanismo como um todo mais legítimo e consistente.

Um novo padrão de investimento, financiamento e fomento à cultura deve ser composto por um conjunto múltiplo de mecanismos, mobilizados por agentes públicos e privados, deve combinar instrumentos de investimento, de financiamento e de fomento à economia da cultura. Os mecanismos de fomento podem – e devem – ser utilizados para potencializar e tornar mais ágeis

e seguros os mecanismos de investimento e financiamento deste setor.

Além de dobrar o valor destinado ao financiamento de instituições e projetos culturais, em relação a 2002, o atual governo tem assegurado que a maior parte dos recursos seja investida de acordo com políticas claras e por meio de editais públicos de seleção. Houve uma inédita sintonia entre o MinC, as empresas estatais, a Casa Civil, a Secom, o Ministério da Fazenda, a APEX e outros órgãos governamentais, numa demonstração inequívoca da gestão integrada do governo Lula.

O progressivo aumento, ainda que insuficiente, do orçamento público, consignado no Fundo Nacional de Cultura e o sistema de editais promoveram uma maior capilaridade no atendimento a projetos culturais. Os programas empreendidos ampliaram tanto o acesso da população à produção cultural quanto o acesso de artistas e produtores de todo o país aos recursos públicos disponíveis.

Vinte e cinco estados brasileiros alcançaram suas maiores marcas de captação de recursos no biênio 2004/2005. Igualmente, neste período todas as regiões do país bateram recordes sucessivos de captação. O número de projetos apresentados ao MinC, e provenientes de todo o território nacional, praticamente quadruplicou em relação ao governo anterior.

Recuperamos a capacidade de formular políticas públicas de cultura mais amplas, integradas, agora respeitando critérios democráticos e federativos, nesta primeira década do século XXI. Porque invertemos a lógica neoliberal que nos precedeu e voltamos a pensar o Brasil como uma nação que tem projeto e não apenas como um mercado consumidor de bens e serviços culturais.

### **A construção pactuada do Sistema Nacional de Cultura**

A proposta de implantação no Brasil de uma política cultural sistêmica não é nova. Trata-se de uma reivindicação de artistas, intelectuais e gestores, entre outros, que pontua o debate cultural desde a década de 30, com as primeiras ações/reflexões de Mário de Andrade. Foi naquela década que o Estado organizou o primeiro sistema articulado de instituições e serviços de promoção e proteção da cultura brasileira, integrando nele a Biblioteca Nacional, o Museu Nacional de Belas Artes, o Museu Histórico Nacional, a Casa de Ruy Barbosa. Criou-se também o Serviço Nacional de Teatro, o Instituto Nacional do Livro, o Serviço de Radiodifusão Educativa, o Instituto Nacional do Cinema Educativo e o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. A partir dos anos 70 foram criadas a Fundação Nacional de Arte, a Embrafilme, fortaleceu-se o

Conselho Federal de Cultura, instituiu-se o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, o Sistema Nacional de Arquivos, o Sistema Nacional de Museus.

Embora o enfoque conceitual dessas propostas apontasse para soluções concretas num país de enormes dimensões territoriais e que vivenciava, na segunda metade do século XX, rápida transformação de sua dinâmica social e econômica, não logrou resultados satisfatórios de continuidade institucional. Formulado num contexto de regimes políticos autoritários, sua sustentabilidade social e política foi prejudicada, até porque um dos aspectos inseparáveis da expressão cultural – a liberdade de criação, expressão e fruição –, estava violentado pela censura. Para o Estado centralizado e autoritário, não interessava investir em quaisquer processos de participação da sociedade civil na formulação de políticas de governo, como também rejeitava promover um pacto federativo cooperativo, na perspectiva de maior autonomia e integração dos Estados e Municípios.

Desde então se debate a necessidade de superar a dimensão de “políticas de governo”, fragmentadas e descontínuas, para dotar a atividade cultural de uma estrutura jurídica, política e administrativa que sirva de referência e permita a continuidade, liberdade e sustentabilidade da produção cultural no Brasil, alcançando a dimensão de “Política

de Estado”. Não foram outras as premissas que orientaram, ao longo dos últimos vinte anos, a criação do próprio Ministério da Cultura, além das Secretarias de Estado e Secretarias Municipais de Cultura em todo o país. Exemplo paradigmático do contraponto conceitual e político ao modelo de privatização do Estado, vigente durante as “décadas perdidas” foi o da “cidadania cultural”, formulado e executado pela Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo na gestão de Marilena Chauí ou nas experiências de Porto Alegre e do Estado do Acre e Mato Grosso do Sul, ao longo dos mandatos das Frentes Populares lideradas pelo PT.

★  
14

Com o objetivo de recuperar o papel republicano do Estado e exercer ainda que precariamente sua responsabilidade de coordenar os processos de produção e difusão cultural, o Ministério da Cultura propôs uma estratégia para realizar uma das principais recomendações do programa de governo de 2002, “A Imaginação a Serviço do Brasil”: implementar o Sistema Nacional de Cultura (SNC), capaz de articular e integrar democraticamente as forças culturais da Nação, em consonância com a formulação e aprovação de um Plano Nacional de Cultura, que deveria ser acrescido ao texto constitucional.

O MinC buscou desenhar uma estratégia que desse conta da imensa diversidade de

realidades regionais, da fluidez característica da produção cultural, dos diferentes níveis de institucionalidade das políticas culturais e que observasse a autonomia dos entes federados municipais e estaduais garantida pela Constituição de 1988, para construir o ambiente político necessário à implementação das bases do SNC. Para atender a esse objetivo, foi traçada e implementada uma estratégia cujo principal componente foi o envolvimento espontâneo e articulado de governos e sociedade civil.

Pactuou-se com o Fórum de Secretários e Dirigentes Estaduais de Cultura e o Fórum de Secretários de Cultura das Capitais um instrumento para que a União, Estados e Municípios se comprometessem num grande acordo nacional pela cultura. Este instrumento, negociado no final de 2004, foi o “Protocolo de Intenções Visando ao Desenvolvimento das Condições Institucionais para a Implantação do SNC”, por meio do qual, desde 2005, 21 Estados e mais de 1.900 Municípios manifestaram sua adesão. Simultaneamente, o MinC se empenhou em articular junto ao Congresso Nacional e à Presidência da República a aprovação de emendas constitucionais, leis e decretos que garantissem uma ordenação jurídica mais adequada para o sistema cultural, estabelecendo novos marcos legais:

Reforma tributária de 2003: Incluiu o § 6º no Art. 216 da Constituição, pelo qual é facul-

tado aos Estados e ao Distrito Federal vincular até 0,5% de sua receita tributária líquida a um Fundo de Fomento à Cultura.

Emenda Constitucional nº 48/2005: Determinou o estabelecimento, por lei, de um Plano Nacional de Cultura – PNC -, de caráter plurianual, “visando ao desenvolvimento cultural do país e à integração das ações do poder público”.

Apresentação da PEC 150/2003: Propõe a vinculação de recursos orçamentários para a Cultura nos três níveis da federação (respectivamente 2%, 1,5% e 1% no mínimo), atualmente em tramitação no Congresso Nacional.

Projeto de Lei 6835/2006: Apresenta proposta de Plano Nacional de Cultura, baseado nas diretrizes formuladas e aprovadas pela 1ª Conferência Nacional de Cultura, convocada e realizada em 2005, em tramitação no Congresso Nacional.

Decretos nº5036/2004 e 5711/2006: Instituiu a nova estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão do MinC, que deu nova e ampliada base conceitual, organizacional e jurídica ao Ministério da Cultura.

Decreto 5264/2004: Instituiu o Sistema Brasileiro de Museus.

Decreto 5.520/2005: Instituiu o Sistema Federal de Cultura – SFC, articulando programas e ações de natureza cultural do governo federal junto ao MinC e dispendo sobre a composição ampliada e democrática e o funcionamento do Conselho Nacional de Política Cultural – CNPC.

Decreto 5761/2006: Estabeleceu nova sistemática de execução do Programa Nacional de Apoio à Cultura – PRONAC, instituído pela Lei 8313/91.

Paralelamente aos avanços ocorridos na articulação institucional entre os entes federados e entre os poderes executivo, legislativo e judiciário no nível federal, era extremamente importante envolver diretamente a sociedade civil neste processo, e para isso o MinC propôs a realização em 2005 da 1ª Conferência Nacional de Cultura (1ª CNC).

Todo esse processo tem sido pautado pela constante busca do diálogo e de pactuação. Cada decisão que envolva a construção de um sistema público para a Cultura no Brasil deve ser necessariamente o resultado de um ampla consulta, porque não haverá efetividade no SNC se ele não for pensado enquanto Política Pública. Ou seja, se não for algo incorporado pela sociedade como seu, como fruto do seu trabalho e reflexão, que aproxime os diferentes atores sociais e institucionais e confira a eles a legitimida-

de necessária para potencializar as estratégias que a própria sociedade brasileira desenvolve, garantindo sua plena liberdade de criação e invenção.

A partir de 2007 o desafio será obter maior densidade de resultados da grande rede de relações institucionais que o SNC começou a tecer, articulando e integrando os sistemas de gestão e de fomento dos entes federados (como previsto na Lei Rouanet (Lei nº. 8313/91), ampliando e qualificando os espaços de participação popular, fortalecendo as instituições da cultura no âmbito dos governos e da sociedade civil, apoiando e, por vezes, induzindo a articulação setorial e regional, estruturando processos de formação profissional, constituindo mecanismos integrados de avaliação e acompanhamento de programas e ações, e consolidando um sistema nacional de informações culturais. Como já foi dito, o SNC deve ser visto como instrumento democrático de articulação e integração das forças culturais da Nação, na forma de política pública, para que não se retire da produção social da cultura sua necessária autonomia de criar e recriar seus ambientes e procedimentos.

Reafirmamos que o Estado, no regime democrático, não pode e não deve se presumir como criador de cultura. Por isso, só faz sentido o seu protagonismo, se for para dotar a política cultural de um amplo leque de refe-

rências e estruturas que se contraponham ao isolamento e a descontinuidade que a fragilizam e que garantam a vigência do preceito constitucional: “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais” e “estabelecerá o Plano Nacional de Cultura[...] visando ao desenvolvimento cultural do país e à integração das ações do poder público”.

### **A participação popular organizada: as Conferências**

A participação da sociedade civil organizada, seja nos fóruns temáticos, debatendo políticas setoriais, seja por meio de amplos processos de consulta pública, foi desde o início um compromisso assumido pelo Ministério da Cultura na gestão do presidente Lula. A primeira ação realizada pelo MinC resultou num amplo processo de consulta popular denominado Seminário Cultura para Todos, que objetivava debater nacionalmente a democratização e a descentralização da Lei Rouanet (Lei 8313/91), e terminou por debater, além dela, vários aspectos das políticas culturais no país.

Desde então uma série de processos de consulta e de instâncias de participação passaram a se consolidar no MinC. Instituições como a



Fundação Palmares e a Secretaria do Audiovisual implantaram conselhos internos com participação da comunidade, a CNIC foi fortalecida na sua independência, estimulou-se a criação de diversos fóruns e redes relacionados a programas como o “Cultura Viva”, entre outros.

Durante o 1º Seminário Nacional de Políticas para as Culturas Populares, que reuniu mais de 1000 participantes, em Brasília foram debatidas as diretrizes que mais tarde orientaram os editais voltados para o fomento das Culturas Populares. Esse processo afirmou-se com a criação de Grupos Temáticos, ligados à estrutura da Secretaria da Identidade e Diversidade Cultural, que definiram políticas e implementaram editais de fomento para a Cultura GLTB, Culturas Indígenas, Cultura Cigana e para as Redes Culturais dos Estudantes e da Terra. Agora acontece o 2º Seminário Nacional de Políticas para as Culturas Populares, agora no âmbito do primeiro Encontro Sul-americano de Cultura Popular, contribuindo para a integração continental.

A estrutura do Conselho Nacional de Políticas Culturais – CNPC – que passou a contar com uma composição paritária, governo-sociedade –, previu a criação de Câmaras Setoriais, órgãos colegiados que reúnem representantes dos diversos fóruns estaduais nas linguagens artísticas e de li-

vro e leitura. Por intermédio da FUNARTE e Fundação Biblioteca Nacional – FBN -, o MinC iniciou a estruturação de seis Câmaras em todo o país, envolvendo centenas de artistas e entidades representativas para debater os elos das cadeias criativas e produtivas de cada setor. As Câmaras Setoriais de Música, Teatro, Dança, Circo, Artes Visuais e Livro e Leitura representaram um marco na consolidação da participação popular na estrutura do Ministério, foram as responsáveis pela indicação dos representantes desses segmentos no plenário do CNPC, propuseram diversas ações pactuadas que foram encaminhadas pelo Ministério, definiram critérios e participaram da seleção em editais públicos, propuseram parte da agenda conjunta entre MinC e MEC, entre outras ações.

O momento culminante desse processo de institucionalização da participação social no MinC ocorreu com a realização da 1ª Conferência Nacional de Cultura - 1ª CNC -, que se constituiu numa estratégia para estimular e induzir a mobilização da sociedade civil e dos governos em torno da constituição deste novo modelo de gestão de política cultural no País. Foi um momento consagrador da participação dos movimentos e entidades da sociedade civil organizada na definição das políticas públicas de cultura no Brasil. A consolidação dessa ampla participação será garantida com a nomeação,

ainda em 2006, do Conselho Nacional de Política Cultural, a estruturação de um Plano Nacional de Cultura e de um Sistema Nacional de Cultura.

Acreditamos que os mecanismos e processos de participação popular não se limitam aos aspectos metodológicos, eles são inseparáveis dos objetivos que desejamos alcançar. Desempenham um papel relevante na construção do espaço público na ação cultural e deverá fornecer a espinha dorsal de legitimidade sobre a qual será erigido o Sistema Nacional de Cultura.

### **Proteger, estimular e devolver as artes aos cidadãos.**

A reestruturação da FUNARTE, uma das mais importantes instituições do Sistema MinC, nos últimos quatro anos, permitiu que a ação da esfera pública cumprisse o desafio proposto em 2002 de proteger, estimular e devolver aos cidadãos as expressões artísticas do nosso povo. A FUNARTE chegou a ser extinta durante o governo Collor, em 1990. Revogada a decisão, foi abandonada nas gestões posteriores. Em 2006 a FUNARTE completou 30 anos comemorando a retomada de alguns projetos e a criação de vários programas de fomento, pesquisa, memória e circulação no campo das artes.

No circo – realizou um investimento iné-

dito de R\$ 3 milhões em 2004 e 2005 no Prêmio de Estímulo, beneficiando circos, grupos e trupes de todo o país. Além disso, mantém ativa e em fase de modernização a Escola Nacional de Circo, no Rio de Janeiro. Criou uma campanha de valorização e conscientização nacional sobre a atividade circense, principalmente para a vida cultural dos pequenos e médios municípios brasileiros.

No Teatro e na Dança – realizou a partir de 2004 a Caravana FUNARTE de Circulação de Espetáculos, permitindo que as melhores companhias do país chegassem a cerca de quinhentos municípios. No fomento direto às atividades de produção do teatro e da dança criou os Prêmios Myriam Muniz e Klauss Vianna, onde foram investidos mais de R\$ 15 milhões, em parceria com a Petrobrás, por meio de editais públicos em todas as regiões brasileiras. Um montante inédito na história da gestão cultural pública no Brasil para as artes cênicas. Foram reabertos e estão sendo reformados os teatros da FUNARTE no Rio, Brasília e em São Paulo. Criou-se o Programa de doação de Kits de iluminação cênica, beneficiando 43 teatros de todas as regiões do país. A FUNARTE realizou ainda três edições do Prêmio de Dramaturgia nas categorias teatro adulto e teatro para a infância e juventude, premiando dramaturgos de diversas regiões.

Na Música – retomou o Projeto Pixinguinha, paralisado desde 1997, dando a ele uma nova dimensão e alcance nacional. Reabriu as salas de música no Rio e em Brasília e democratizou o acesso a esses espaços com a criação do Programa Pauta FUNARTE de Música Brasileira. Retomou o Projeto de Bandas que, em 2005 e 2006, está destinando 2.500 instrumentos de sopro para bandas de todo o Brasil, especialmente nos municípios do interior. Criou a Caravana de Circulação de Música de Concerto e o Programa de Concertos Didáticos para Escolas nas cinco regiões do país e deu novo impulso à Bienal de Música Brasileira que obteve números recordes de compositores inscritos e de participação de público.

Nas Artes Visuais – criou a Rede Nacional de Artes Visuais com alcance nacional, realizando encontros inéditos de artistas, oficinas e seminários nos 27 estados da federação. A partir da Rede, produziu diversos documentários sobre a produção e cronologia da arte brasileira para suporte didático, com distribuição gratuita para todo o território nacional. Implantou o Programa Projéteis de Arte Contemporânea que reabriu e democratizou o acesso às galerias da FUNARTE por meio de editais, iniciativa inédita no campo das artes visuais. Reestruturou o Centro de Conservação e Preservação Fotográfica, um dos melhores e mais completos da América Latina e retomou o projeto editorial da FU-

NARTE no campo das Artes Visuais lançando novas coleções.

Arte além dos limites – as democracias modernas revelam sua solidez e sua sensibilidade ao voltar-se para os segmentos sociais que demandam o acolhimento especial que o vale-tudo do mercado, guiado pelo retorno imediato, não atende. Organizadora do Programa Especial Arte Sem Barreiras, para artistas portadores de necessidades especiais, a FUNARTE lançou, com o patrocínio das Loterias Caixa, o Edital Além dos limites, inédita iniciativa para premiar artistas e grupos que trabalham a inclusão por meio da arte. Somado às Mostras Regionais de Arte Sem Barreiras e o Festival Brasileiro Além dos Limites, ao todo estão sendo investido mais de R\$ 1 milhão durante o ano de 2006.

### **Identidade e Diversidade Cultural**

O Programa de Identidade e Diversidade Cultural do MinC foi constituído tanto como premissa e diretriz estruturante do conjunto de políticas e programas culturais, quanto como um programa específico para atender grupos sociais e expressões até recentemente desconsideradas pela ação política.

A partir da realização de Seminários Nacionais de Políticas Públicas para as Culturas

Populares, o primeiro em fevereiro de 2005 e o segundo em setembro de 2006, introduziu-se na agenda cultural do governo brasileiro um conjunto de formulações organizadas na Carta das Culturas Populares, documento final do primeiro seminário:

a. A importância do reconhecimento da dimensão cultural para o desenvolvimento humano e para a construção de uma sociedade democrática.

b. A necessidade de políticas públicas de apoio e fomento às atividades artísticas e culturais, compreendidas como culturas populares, fundamentais para as identidades brasileiras em sua diversidade cultural e étnica.

c. O reconhecimento da diversidade, das especificidades e do valor artístico e cultural das manifestações populares pelas instituições públicas e privadas é parte fundamental do processo de inclusão social e econômica e do desenvolvimento humano.

d. A importância de identificar, registrar e difundir as expressões das culturas populares, respeitando suas singularidades e modos próprios de reprodução.

e. A inclusão social dos grupos detentores das culturas populares requer a integração entre políticas públicas e culturais, sócio-econômicas, ambientais e educacionais, nos âmbitos local e nacional.

f. A necessidade de mecanismos que garantam e zelem pelos direitos coletivos relativos aos saberes e modos de fazer das culturas populares.

O Programa de Identidade e diversidade Cultural do MinC começa a apresentar seus resultados: assegura espaços de participação, valoriza, difunde e gera um comportamento de respeito aos grupos sociais e expressões como a capoeira, as culturas indígenas, os estudantes, os trabalhadores rurais e as expressões GLBTs como integrantes decisivos da cultura brasileira.

## **Cultura afro-brasileira**

A partir da Fundação Cultural Palmares, a política do MinC para a cultura afro-brasileira experimentou uma mudança fundamental. De um balcão de financiamento de projetos – sem recursos –, a Fundação Palmares tornou-se uma efetiva implementadora da política de fortalecimento da cultura afro-brasileira, integrada e solidária com a ação do MinC e articulada com a ação de outros Ministérios. Deixou de ser um gueto administrativo. Passou a atuar predominantemente por meio de convênios e execução direta mediante pregão e editais de seleção.

Ao longo de quatro anos de governo, a Fundação Palmares reorientou sua ação de

proteção às comunidades remanescentes de quilombos, certificando 851 comunidades, prestando atendimento em juízo a dezessete comunidades, e atendendo, mediante projetos de desenvolvimento sustentável, mais de quatrocentas outras. Para a Fundação Palmares a cultura afro-brasileira é uma dimensão viva do cotidiano das populações brasileiras com todos os seus desafios e não apenas uma memória a preservar.

Organizou e produziu quinze eventos em torno do temas da cultura negra, destacando-se os internacionais: África Brasil, Mostra Pan-Africana de Cinema e Arte Contemporânea e a Conferência de Intelectuais da África e da Diáspora, o mais importante evento realizado no Brasil para a consolidação das culturas de matriz africana e para fortalecer nossa presença nesse contexto.

### **Cultura viva. Os “Pontos de Cultura”: a arte de cada dia**

Fincar em cada comunidade brasileira as raízes profundas da nossa cultura. Abrir espaço para que as expressões da criatividade popular tenham lugar e possibilidade de diálogo com as demais culturas do país e do mundo. Superar o tradicional centralismo e dirigismo que identificam historicamente a cultura oligárquica para alcançar, na for-

mulação das Políticas Públicas de Cultura, um desenvolvimento baseado no tripé: autonomia, protagonismo e empoderamento social. Estender pelo Brasil uma rede de apoio às culturas populares, atada em torno dos Pontos de Cultura, esse é o objetivo de médio prazo.

A partir do lançamento do Programa Cultura Viva, o MinC implantou até dezembro de 2005, 442 Pontos de Cultura. Trata-se de um programa de baixo investimento – cada Ponto de Cultura recebe R\$ 185 mil divididos em cinco parcelas semestrais -, favorecendo ações de continuidade, geradoras de processos, de fluxos e não simples eventos ou a manutenção de estruturas ociosas.

Reutiliza espaços culturais ou não, já apropriados pelas comunidades para a produção e difusão da cultura local dos municípios e para receber de maneira adequada a produção cultural que chega de outras regiões do país. São evidentes as repercussões sociais e culturais na vida das comunidades contempladas, além de abrir oportunidades de emprego e renda e, indiretamente, combater a violência que flagela a sociedade brasileira.

Os resultados já obtidos indicam um caminho fecundo para dar consistência à rede horizontal dos Pontos de Cultura: incluí-los no Sistema Nacional de Cultura. Permitirá dividir custos com estados e municípios,



além de fortalecer e dar materialidade às ações do próprio sistema, a exemplo do que já ocorre no estado do Piauí ou no município de Guarulhos. O convênio é celebrado entre o estado ou município e o Ponto de Cultura. E para cada R\$ 1,00 investido pela União, eles entram com outro real, ou R\$ 0,50, no caso do norte e do nordeste.

### **O Direito à Memória**

Nenhuma nação se constitui e afirma sua fisionomia no mundo sem um cuidadoso cultivo do seu patrimônio material e imaterial. A organização simbólica do passado, dos valores construídos ao longo da história, é matriz indispensável a partir da qual se imprime o perfil dos povos. Nenhuma força social e política empenhada em estabelecer hegemonia cultural – “como um conjunto articulado de práticas, idéias, significações e valores que se confirmam uns aos outros e constituem o sentido global da realidade para todos os membros de uma sociedade” –, no interior de uma formação social democrática, escapa a esse desafio: sejam elas forças conservadoras, sejam elas forças transformadoras. No Brasil, historicamente, foram os modernistas que empreenderam o que poderíamos denominar de “tarefa pública de organizar o passado como memória”, a partir do esforço sistemático de

Mário de Andrade e Rodrigo Melo Franco, com a criação do IPHAN.

O Governo Lula se afastou da tendência à valorização do patrimônio edificado como expressão única de memória cultural. Ampliou o horizonte para incorporar as expressões populares materiais e imateriais e os seus sítios como patrimônio cultural constitutivo da diversidade das culturas brasileiras.

Dar continuidade às políticas que envolvem as comunidades locais e consolidar, por meio de ações educativas, no âmbito escolar ou pelos meios de comunicação de massa, a idéia de que elas são protagonistas indispensáveis na preservação de sua memória, de sua história, de sua cultura, concebendo a memória como cidadania cultural.

### **Cultivar a língua**

Cultivar a língua portuguesa, que se constitui no fio que tece há meio milênio a renda diversa que compôs os sotaques e acentos abertos ao novo, indígena ou africano, árabe ou francês, nipônico ou anglo-saxão e contribuiu de modo decisivo para construir nos trópicos uma civilização plural. A participação do Brasil no esforço de consolidar

a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), reflete o compromisso do Governo Lula com esse processo de inquestionável relevância econômica, política e cultural para o país.

O Governo Lula, ao aprovar a Lei do Livro (2003), que permanecera engavetada durante quase dez anos, e instituir a Política Nacional do Livro, produziu o mais importante marco legal da história do livro no país. Além disso, com a desoneração fiscal do livro (2004), eliminando os tributos referentes ao Pis-Cofins-Pasep, o livro deixou de pagar qualquer tipo de tributo no país, medida que freou a onda de falências de editoras, livrarias e distribuidoras no país e recuperou a capacidade de investimento do setor.

Entre 2004 e 2005, cerca de quarenta mil lideranças e personalidades da área do livro, leitura e bibliotecas participaram de atividades realizadas em todas as regiões do país para contribuir na formulação da proposta de política pública para o setor, os marcos regulatórios e um plano de ação até 2022.

Na seqüência de debates, seminários, consultas públicas e processos de elaboração de propostas, projetos e programas, foi reinstalada a Câmara Setorial do Livro e Leitura (2005), como um espaço permanente e institucional de debate e legitima-

ção das políticas públicas setoriais.

Com a criação do BNDES ProLivro (2005), o Governo Lula criou uma linha específica de financiamento para a edição de livros e abertura de livrarias. A concessão de linhas de crédito pré-aprovadas, com uso de cartão, beneficiou um grande número de micros e pequenas editoras e o insumo papel se tornou um dos itens que obtiveram maior número de financiamentos pelo banco.

Traduz-se dessa forma, em diferentes âmbitos da atividade econômica, política e cultural – além do compromisso com aquele que é o mais valioso patrimônio da cultura brasileira: a língua portuguesa – o contorno de um novo projeto nacional de desenvolvimento, que afirma nossa identidade no mundo contemporâneo.

### **Audiovisual: a cara do Brasil no espelho do mundo**

A esfera pública reconquistou, nos últimos quatro anos, parte do legítimo espaço que lhe cabe nos processos de produção, distribuição, exibição, difusão e regulação do produto audiovisual brasileiro. O papel do setor público se define a partir de suas responsabilidades, como representante eleito pelos cidadãos para conduzir uma nação

que se insere de modo soberano no contexto mundial.

É evidente e crescente a importância da produção e difusão do audiovisual no mundo contemporâneo. Já não se questiona o seu peso, não apenas como fator econômico gerador de emprego e renda, mas também como portador de valores éticos, históricos, políticos e sociais cultivados por nosso povo.

O governo do Presidente Lula vai prosseguir suas políticas de apoio e estímulo à produção audiovisual brasileira. A diretriz é preparar o Brasil para se tornar um grande produtor e exportador de conteúdos e não apenas um mero consumidor. Programas como Olhar Brasil, DOCTV, Curta Criança, Documenta Brasil e os editais de fomento têm assegurado recursos, equipamentos e tecnologias para a produção de filmes e documentários em todas as regiões do país, produção em grande medida associada à rede pública de televisão.

O incremento e a democratização do financiamento deram uma grande injeção de ânimo e qualidade ao cinema nacional. O desafio é dar continuidade a esse processo de qualificação das políticas de fomento e financiamento do setor, estimulando a profissionalização e a auto sustentabilidade. Além disso, os debates sobre a moderniza-

ção do setor resultaram no reconhecimento da televisão brasileira como o espaço cultural mais importante na atualidade e no fortalecimento da ANCINE – Agência Nacional de Cinema -, como órgão regulador, fiscalizador e de fomento da expansão desta importante área da Economia da Cultura. Nada menos do que trezentos novos longas, curtas, programas de TV, filmes de animação e games já foram realizados neste primeiro governo do Presidente Lula. Cabe o registro do investimento de R\$ 8,2 milhões – de 2003 a junho de 2006 –, na Cinemateca, dotando-a de equipamentos de última geração e instalações que permitem a realização da missão de preservar a memória audiovisual brasileira.

Não há dúvida sobre o significado de cada um desses passos do processo de produção da imagem audiovisual como fator de afirmação da identidade cultural de um país como o Brasil. É preciso, portanto, fixar uma política de curto, médio e longo prazos, a exemplo de outros países como a Índia, a China, o Irã, buscando um estreito vínculo entre a produção audiovisual brasileira e os mecanismos concretos de sua difusão: as redes de cinemas, as TVs abertas e fechadas.

#### **14. Diálogo com as outras culturas do mundo**



Em quatro anos, o governo do Presidente Lula produziu o reencontro do Brasil com o continente sul-americano. Ao definir a América do Sul como prioridade das nossas relações diplomáticas, junto com a África e a Índia e a China; ao investir numa nova dinâmica de consolidação do Mercosul; ao participar da constituição da Comunidade Sul-Americana de Nações, contribuiu de maneira relevante para produzir uma nova perspectiva continental.

Sem pretensões de hegemonia, com a maturidade de quem percebe ao mesmo tempo as assimetrias entre os processos de desenvolvimento dos países sócios e a unidade de destino que podemos e devemos construir, o governo do Presidente Lula abriu uma nova etapa nas relações entre os países do continente. Entendeu que é preciso conferir contemporaneidade ao sonho dos libertadores e transformar a retórica da unidade latino-americana em redes concretas de infra-estrutura, em cadeias produtivas que reorganizem a vida dos cidadãos dentro de suas comunidades nacionais, respeitadas sua identidade como povo, sua história, seus valores e sua prodigiosa diversidade cultural.

A consolidação dos avanços econômicos, sociais e políticos que dão alicerce à construção da unidade continental passa, inevitavelmente, por soldá-la com os valores ético-culturais que historicamente a justificam. A música, o teatro, o cinema, a dança, a literatura, as ar-

tes visuais, o circo, o artesanato, a produção do pensamento imprimem nossa identidade e, ao mesmo tempo, nossa diversidade criadora em diálogo permanente com as demais culturas do mundo. São, portanto, fontes geradoras de ativos econômicos, de autoconsciência e afirmação cidadã, e, por fim, da soberania cultural que nos define como um projeto humano.

Além de incrementar o intercâmbio cultural, o MinC vem desenvolvendo, em consonância com o Itamaraty, uma verdadeira diplomacia cultural. Essa iniciativa tem propiciado o aumento da presença e do prestígio do Brasil e da cultura brasileira no exterior. Prestígio que ficou patenteado no Ano do Brasil na França, em 2005. Fica também evidente nas inúmeras solicitações de atividades semelhantes em outros países (por exemplo, na Espanha, China e Canadá), na presença aclamada dos Pontos de Cultura estruturados na França e nos Estados Unidos e na forte presença do Brasil em fóruns e congressos internacionais, como, por exemplo, nos debates sobre o direito autoral não-restritivo ou de cultura digital – debates para os quais nosso país tem dado uma contribuição decisiva.

O Brasil tem cumprido um papel ativo no Mercosul Cultural, junto aos países africanos, na Comunidade de Países de Língua Portuguesa e junto à comunidade árabe. Em sintonia com a estratégia da consolidação do

campo cultural entre os organismos internacionais, a ação do MinC tem sido relevante para que importantes instituições internacionais como a OEA e o BID passem a desenvolver linhas de atuação específicas para a cultura junto aos países em que atuam. Assim, o MinC ocupa hoje lugar de destaque na recém criada Comissão Interamericana de Cultura, da OEA.

A maior expressão da importância do Brasil na agenda cultural internacional é a Convenção da Diversidade Cultural da Unesco, um documento vital para a cultura na era da globalização. O Ministro da Cultura e a delegação brasileira desempenharam um papel decisivo nas negociações, que resultaram na reafirmação da diversidade como direito dos povos, como instrumento de diálogo entre identidades e de desenvolvimento multilateral dos diversos territórios do planeta.

## PROPOSTAS

### Cultura – Educação – Comunicação

**T**ornar cada escola um centro ativo de produção e difusão cultural da comunidade escolar de sua vizinhança.

Estimular que todas as escolas da educação básica incluam em seu projeto político-pedagógico um plano de ação cultural, elaborado preferencialmente em articu-

lação com o Plano Municipal de Cultura ou com o órgão gestor de cultura local.

Implementar nas instituições de ensino superior projetos de intercâmbio e circulação artística e cultural, a exemplo dos circuitos universitários e festivais estudantis, em âmbitos regional e nacional.

Estimular que os espaços de convivência existentes nas escolas de educação básica e nas instituições de ensino superior estejam disponíveis para uso de grupos culturais e artistas da comunidade, seja para ensaios, seja para oficinas, apresentações ou mostras.

Estimular que todas as escolas da educação básica proporcionem atividades de lazer e convivência para a comunidade de sua vizinhança nos finais de semana.

Difundir em todo o sistema educacional um conceito amplo de cultura, entendido como o conjunto de saberes e fazeres das sociedades, valorizando a diversidade cultural brasileira.

Promover encontros entre instituições de ensino e de cultura para avaliar e revisar o processo de formação dos educadores nas áreas artística.

Propor que os planos nacional, estaduais e municipais e os projetos político-pedagógicos das escolas do ensino básico tenham como

referência a diversidade cultural brasileira.

Instituir programas em que articulem iniciativas voltadas à formação de público para as artes, com base naqueles desenvolvidos pelas secretarias e pelas instituições vinculadas ao MinC.

Estabelecer em âmbito nacional processos de formação e profissionalização continuada na área da cultura.

Instituir, em 2007 um grupo de trabalho conjunto entre o Ministério da Educação e o Ministério da Cultura, para elaborar diagnósticos e planos de trabalho sobre as áreas de formação em destaque, levando em consideração a diversidade cultural brasileira:

Professores de artes, técnicas artísticas e de conservação nas instituições de ensino superior.

Estudantes do ensino básico, técnico-profissional e superior para a fruição das diferentes linguagens e expressões artísticas e para a valorização do patrimônio.

Profissionais (em nível técnico e superior), para as áreas das artes e do patrimônio.

Gestores e agentes culturais.

Articular com o fórum de Pró-Reitores de Extensão, alternativas para que os programas de extensão contemplem, progressiva-

mente, a formação profissional continuada e a difusão cultural na área de artes e do patrimônio.

Promover a permanente integração e troca de informações e conhecimentos entre as instituições educacionais e culturais.

Incluir o programa Cultura e Pensamento no plano plurianual da Cultura e da Educação.

Estimular, nos planos decenais da educação, a realização de seminários, fóruns de debate e redes integrando instituições educacionais e culturais.

## **1.5 . Cultura e comunicação**

1.5.1. Estabelecer novos critérios para as relações entre o Estado e as grandes cadeias de entretenimento. Estimular a criação, produção, distribuição e exibição de bens culturais nas regiões do país. Democratização e funcionamento efetivo do Conselho Nacional de Comunicação Social, exigência dos setores democráticos desde a promulgação da constituição de 1988; reequipar a rede pública de rádio e TV com o objetivo de oferecer aos cidadãos, alternativas de programação educativa e cultural em todo o país.

1.5.2 Utilizar a Empresa Brasileira de Comunicação S.A. - a Radiobrás - como um valioso instrumento de estímulo à produção e divul-

gação da produção cultural das diferentes regiões brasileiras que não encontram espaço na mídia comercial.

1.5.3. Reorientar a perspectiva da TV Nacional de Brasília e das emissoras que compõem a Rede Brasil, presente em todos os Estados. Regionalizar a produção informativa e cultural; estimular a produção independente; valorizar a cultura brasileira abrindo um espaço hoje ocupado pela produção audiovisual estrangeira; divulgar conteúdos em sintonia com as campanhas de saúde pública e defesa da sustentabilidade ambiental.

1.5.4. Converter em realidade aquilo que determina a Constituição Federal com relação à produção cultural regional: 30% do material exibido devem ser produzidos na região como política indispensável de afirmação das identidades étnico-regionais e de enriquecimento da diversidade cultural do país.

1.5.5. Repor na pauta do debate a criação do Fundo de Apoio à Radiodifusão Comunitária, a fim de proporcionar melhor financiamento e maior integração desta modalidade de comunicação com os veículos de comunicação do setor público.

### **Financiamento: a transição para um modelo republicano**

Dar continuidade, em diálogo com a sociedade, ao processo de transição de paradigma já em curso, que diversifique as fontes de financiamento da produção e difusão cultural, atualmente sustentado nas Leis de Incentivo Fiscal, ampliando, dentro dos limites da capacidade de financiamento do Estado, as fontes orçamentárias de investimento, conferindo transparência e participação democrática à sua gestão; descentralizando recursos de modo a contemplar todas as regiões do país; democratizando e facilitando o acesso de produtores, artistas e grupos culturais aos recursos públicos de incentivo à cultura.

Implementar em colaboração com o IBGE, IPEA, secretarias estaduais e municipais de cultura, instituições culturais, associações e sindicatos, uma Rede de Informações Culturais voltada para a produção sistemática de dados culturais (censo cultural, dados estatísticos e constituição de um banco de dados integrado que organize as informações sobre a economia da cultura e dê suporte à ação do Estado, da sociedade e do mercado).

Implementar ações de apoio aos autores nacionais, defendendo o princípio de que o direito autoral é da pessoa física, não havendo, portanto, cessão de direito e sim licenciamento por tempo determinado.

Estabelecer programas, em parceria com o SEBRAE, para financiar e estimular a produção e comercialização do artesanato regional brasileiro, valorizando o rico acervo da arte popular que expressa a diversidade cultural do país.

Garantir e ampliar linhas de crédito das agências públicas de financiamento (BNDES, Banco do Brasil e CEF) para as pequenas e médias empresas, associações e cooperativas voltadas para a produção de bens ou serviços de natureza cultural.

Investir fortemente numa política de intercâmbio. Tal política se expressa no incentivo à circulação de bens e espetáculos culturais – como vem sendo realizada, nos últimos quatro anos pela FUNARTE –, entre as diversas regiões do Brasil por meio de projetos como o Pixinghinha e as Caravanas.

A política de intercâmbio deve dotar-se do financiamento necessário para abrir espaço no mercado internacional de feiras, festivais e outras iniciativas aos bens e serviços culturais brasileiros. A nossa rica e diversificada produção artesanal, de artes plásticas, de design, de música, do audiovisual, de teatro, de dança ou literária, deve receber o apoio do setor público como um elemento estratégico na modificação da imagem do Brasil frente

às outras nações do mundo.

Financiar programas e projetos que contribuam para a afirmação da diversificada identidade cultural brasileira será uma alternativa eficaz para articular a comercialização de bens e serviços culturais com a indústria do turismo. Desse modo vamos ampliar as condições para que o país realize seu potencial turístico incorporando a cultura brasileira, em suas diferentes expressões, aos roteiros do visitante estrangeiro, beneficiando, assim, toda a cadeia produtiva da cultura.

Programa de Cultura do Trabalhador Brasileiro, a ser viabilizado com recursos oriundos da renúncia fiscal via Lei Rouanet, combinado com recursos próprios das empresas brasileiras. Este Programa tem por objetivo possibilitar ao trabalhador brasileiro acesso facilitado a produtos e serviços culturais, tais como a compra de ingressos de cinema, teatro, circo, museus e espetáculos e a aquisição de produtos culturais como livros, CDs e DVDs.

Fomento a fundo perdido, custeado pelos recursos próprios do Ministério destinado à execução direta de políticas e programas conduzidos pelo MinC, beneficiando projetos e iniciativas que apre-

sentem baixa possibilidade de obtenção de financiamento junto à iniciativa privada, selecionados preferencialmente a partir de Editais públicos.

## **O Sistema Nacional de Cultura**

Consolidar a estrutura administrativa do Ministério e dos seus órgãos e entidades vinculadas, os conselhos e câmaras setoriais como instrumentos permanentes de gestão.

Consolidar, no âmbito do Sistema Nacional de Cultura, pactuado com Estados e Municípios, um fórum nacional de conselhos municipais e estaduais de cultura.

Garantir as condições para o funcionamento efetivo e autônomo do Conselho Nacional de Políticas Culturais (CNPC).

Realizar em 2009 a 2ª. Conferência Nacional de Cultura com o objetivo de avaliar e propor alterações no Plano Nacional de Cultura, antecedida de conferências municipais, estaduais, regionais e setoriais de cultura.

Estimular governos e sociedade, em todos os níveis da federação e setores de atuação, a implementar órgãos gestores articulados com mecanismos de participação cidadã.

Realizar um programa continuado de formação, informação e qualificação de conselheiros de cultura, gestores públicos, agentes culturais e arte-educadores.

Fortalecer a malha de instituições culturais em todo o país, universalizando, diversificando e integrando os mecanismos de participação.

## **O direito à memória**

Implantar, a partir do IPHAN, em diálogo com a sociedade civil, incorporando a dimensão material e imaterial, o Sistema Nacional de Patrimônio.

Tomar as medidas político-administrativas para dar início à segunda fase do Programa Monumenta.

Criação e implantação do Instituto Brasileiro de Museus.

Consolidação do Sistema Brasileiro de Museus.

Aprovação e regulamentação do Estatuto dos Museus – atualmente em tramitação na Câmara Federal.

Criação e implantação do “Programa Mais

Museus” destinado, principalmente, aos municípios e comunidades que ainda não possuem. Hoje apenas 16% dos municípios possuem museus.

Ampliação e consolidação das parcerias internacionais:

Dar continuidade às parcerias já firmadas com o Instituto Português de Museus e com universidades portuguesas.

Dar continuidade às parcerias já firmadas com o Ministério da Cultura da Espanha.

Criação e implantação da Rede Ibero-americana de Museus.

Criação e implantação de parcerias com os países africanos de língua portuguesa.

Criação e implantação de parcerias com os países integrantes do Mercosul.

## **As políticas do livro e da leitura**

Articular institucionalmente as diversas ações e políticas para o Livro e a Leitura conduzidas por diferentes áreas do governo, sobretudo, pelos Ministérios da Educação e da Cultura.

Estimular a adoção de ações conjuntas e

políticas compartilhadas entre União, estados, municípios, empresas privadas e organizações não-governamentais.

Consolidar o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), inclusive nos estados e municípios.

Intensificar as ações do Estado para financiamento, profissionalização e fortalecimento do sistema de bibliotecas públicas (municipais, estaduais, federais, comunitárias, escolares e universitárias), a partir dos novos mecanismos de financiamento, mas também com recursos de organismos mundiais de fomento à educação e erradicação da pobreza.

Prosseguir com as ações do Estado e Sociedade Civil para erradicar o analfabetismo funcional.

Mobilizar permanentemente a sociedade, por meio de grandes campanhas de leitura e acesso ao livro e de projetos de inclusão social e cultural.

Estimular a estruturação pela sociedade, em colaboração com o Estado, de área de monitoramento, estudos e pesquisas, para apoiar e fortalecer a Política Nacional do Livro.

## **Audiovisual: a cara do Brasil no espelho do mundo**



Finanças – Qualificar o investimento sistematizando as informações, os indicadores, e avaliando a relação custo/benefício; estabelecer critérios para definir a produção econômica, a produção “relevante” no setor; investir na atração de agentes privados sempre tendo como objetivo a auto-sustentabilidade.

Política industrial estimular o desenvolvimento de projetos e qualificação de roteiros com o objetivo de elevar a competitividade; financiar projetos-piloto de telefilmes, mini-séries, séries, documentários e jogos; priorizar a animação e produção infantil; estimular a utilização de novas tecnologias: produção multiplataformas; investir numa política de fortalecimento empresarial do setor (capitalização, programas de produção a médio prazo); diversificar o recrutamento de talentos; fornecer assistência técnica e jurídica para a formatação e montagem de projetos nacionais e internacionais.

Comercialização – da distribuição independente de filmes e conteúdos brasileiros;; integrar a distribuição/produção (adiantamento sobre distribuição, mobilização de filmes “fortes”); integrar distribuição/exibição (financiamento de cópias e publicidade); Integrar distribuição/televisão (co-produção, custo de publicidade diferenciada, espaço promocional) ampliar

o mercado de DVD, internet, telefonia; apoiar a promoção institucional, mercadológica e cultural da produção cinematográfica e audiovisual.

Exibição – Apoio a pequenas e médias empresas com financiamento diferenciado, regulamentar a disponibilização do produto audiovisual estabelecendo tempos de “janela” e acesso a cópias; estimular a ampliação do mercado com a instalação de novas salas, salas digitais e revitalização de salas “históricas”.

Difusão – Fomentar a produção independente para televisão, articulada com a veiculação nacional ou internacional; expor a produção cinematográfica fomentada nas redes pública e privada de televisão aberta e paga (horizontalização da visibilidade em todos os canais), estimular a diversificação da produção e o intercâmbio regional por meio das emissoras comunitárias e exposição da produção espontânea); aquisição para a rede pública de conteúdos estrangeiros culturalmente relevantes.

Internacionalização – Estimular a participação sistemática em festivais, mostras e mercados de cinema e televisão; atualizar os acordos de co-produção; apoiar a co-produção e à exportação; dinamizar as relações bilaterais e multilaterais (acordos



de co-distribuição, intercâmbio e cooperação técnica, programas de apoio à comercialização: Mercosul, União Européia, CPLP etc); apoiar técnica e juridicamente as co-produções bilaterais e multilaterais.

6.7. Preservação – Concluir o censo de matrizes e cópias nas cinematecas, arquivos e organismos públicos e privados (cinema e audiovisual); elaborar o plano diretor com metas, recursos e prioridades; apoiar a restauração de matrizes cinematográficas e audiovisuais (telecinagem, digitalização) estabelecer critérios e mecanismos de acesso e disponibilização do material.

Formação profissional – Censo e avaliação dos cursos; reequipamento dos cursos; reciclagem dos técnicos, em articulação com os sindicatos; criação de cursos técnicos profissionalizantes; articulação com pesquisa tecnológica (finalização, laboratório, estúdios de som, informática, radiodifusão, telefonia), Estimular a qualidade profissional: promover concursos, prêmios, visibilidade.

Formação de público, educativa e cultural – Estimular o consumo e o lazer com políticas de subsídio de ingressos; utilizar o tempo ocioso das aulas para atividades em conjunto com escolas; apoiar os cine-clubes: dinamização de espaços/salas existen-

tes em associações, universidades, clubes; apoiar as projeções ao ar livre; defender a inclusão curricular de disciplinas audiovisuais (história, linguagem, técnica), em articulação com o MEC; estimular a atividade crítica e de pesquisa (projetos, cursos, revistas, sítios).

As idéias sistematizadas nesse Programa de Políticas Públicas de Cultura “Brasil: cultivar a memória, inventar o futuro”, não pretendem esgotar toda a agenda de necessidades que a cultura brasileira demanda. Representam formulações debatidas a partir da fecunda experiência de governo dos últimos quatro anos e de reivindicações relevantes apresentadas por diferentes setores da sociedade envolvidos no processo de criação, produção e difusão cultural. Trata-se, portanto, de uma referência do acúmulo realizado no âmbito do Estado e no âmbito da sociedade, plasmado no espaço da coligação “A Força do Povo” (PT-PCdoB-PRB), para permitir o debate e produzir os avanços democráticos que desejamos para o país, na perspectiva de aprofundar o que o Brasil já conquistou.

### **Comissão Temática de Cultura**

Hamilton Pereira (Secretário Executivo)

Albino Rubim

Antonio Grassi

Célio Turino

Isaura Botelho

Joãozinho Ribeiro

Manoel Rangel

Maria do Rosário Almeida

Solange Borelli

### **Equipe de Apoio**

Bruno Gaspar

Cilene Antonioli

### **Coordenação do Programa de Governo**

Marco Aurélio Garcia (Coordenador)

Dilermando Toni

Glauber Piva

Juarez Guimarães

Miriam Belchior

Renato Rabello

Valter Pomar





**CONGRESS**

VICE JOSÉ ALENCAR • COLIGAÇÃO A FORÇA DO POVO • PT • PCdoB • PRB



# LULA

DE NOVO COM A FORÇA DO POVO